

Capítulo 2

Mulheres, violências e vozes silenciadas

Neste capítulo, apresentam-se as entrevistadas da pesquisa e seus relatos, rompendo o silêncio das violências sofridas e registrando as memórias e as múltiplas identidades daquelas que são sujeitas deste estudo. Com intento de compreender o fenômeno social da violência contra as mulheres, o enfoque se deu sobre a realidade de mulheres anônimas, residentes em Carangola, município da Zona da Mata de Minas Gerais, sobretudo aquelas que convivem com violências física, sexual, psicológica, moral, sutil e/ou patrimonial. Elas são as fontes da pesquisa, e, por meio de seus relatos, percebe-se que, mesmo com o passar do tempo, o patriarcado foi alterando sua configuração, mas manteve suas premissas pautadas no poder e na autoridade masculinos.

Por meio das narrativas dessas mulheres, percebe-se que a violência está introjetada de tal maneira que nem elas mesmas identificam o que sofrem como agressões. Essa introjeção atua como poder invisível – que pode ser entendido como o poder simbólico²⁰ conceituado por Pierre Bourdieu (2017). Nos estudos do autor, os conceitos de “campo” e de “*habitus*” sustentam análises de poderes entre agentes e espaços sociais. O autor designa “campo” como um espaço simbólico, um microcosmo social formado por agentes, individuais ou instituições, que pressupõe confrontos que legitimam as representações (Bourdieu, 2004b). No “campo” em que as regras estão estabelecidas pelo poder simbólico, a

20 Existe uma construção simbólica em torno do falo na qual se hierarquizam as diferenças entre homens e mulheres, cujos corpos estão inseridos num sistema simbólico de dominação. O poder simbólico estaria associado à legitimidade e autoridade masculinas. Sobre o assunto, ver: BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017.

autonomia da mulher é limitada, ou até mesmo anulada, pelo fato de estar inserida numa estrutura marcada pelo poder que legitima a dominação masculina. Já o conceito de "*habitus*" remete ao sentido de sistema de práticas e representações e é condicionante das ações individuais ou coletivas, ou seja, constitui a maneira de pensar, agir e julgar, regendo a moral cotidiana. Trata-se de uma espécie de mecanismo que opera sem a necessidade de o agente raciocinar para se orientar e se situar de forma racional num determinado espaço. Sob a perspectiva do autor, as relações de dominação entre os sexos incidem em um sistema socialmente constituído, de divisão incorporada nos "*habitus dos agentes*" (Bourdieu, 2017) e continuamente realimentada e reforçada por sistemas simbólicos de dominação incorporados em relações sociais de poder e exploração em uma organização social baseada na divisão de gênero. A construção social do significado de "homem" e de "mulher" é entendida como efeito de uma ordem social masculina, que é absorvida pelos atores sociais como um sistema de interpretação na rotina da divisão do trabalho e nos rituais coletivos e privados.

Para Bourdieu (2004a), a ruptura no quadro da dominação masculina nas sociedades pressupõe mudanças na consciência dos dominados e dos dominantes, porque a dicotomia entre os sexos está fortemente presente nas práticas cotidianas e no *habitus* de cada indivíduo, de maneira que parece natural. E essa naturalização pode encontrar solo fértil em comunidades propensas a rígidos códigos normativos patriarcais. Em cidades interioranas, o patriarcado encontra o tipo de sociabilidade propenso à violência, uma vez que é utilizada como afirmação da masculinidade, desejo

de vingança, defesa da honra, ou para estar em evidência perante determinado grupo social. Em contextos como esse, o homem que agride uma mulher está demonstrando sua supremacia para seu grupo social, ou seja, quando pratica algum ato de violência responde aos estereótipos que insistem em permanecer na sociedade (Nader, 2006).

Inferese que a prática da violência pode ser ainda a exteriorização de sua incapacidade de verbalizar seus sentimentos de frustração, pelo fato de a agressão advir da raiva que aparece quando se supõe que as condições poderiam ser mudadas, mas não são, conforme afirma Arendt (2011). O uso da violência multiplica o vigor humano e pode ser justificável, mas nunca será legítimo, pois recorrer a ela em face de condições ultrajantes é extremamente tentador, completa a autora.

Violência e agressividade fazem parte da dinâmica identitária masculina, já que são atributos dos quais os homens lançam mão na iminência da perda do poder que exercem. Especificamente numa localidade onde a visibilidade do indivíduo é maior, a cobrança social para que ele aja em conformidade com os padrões normativos impostos pela sociedade existe na mesma proporção. Considerando que na cidade de Carangola a proximidade entre as pessoas determina uma convivência constante entre os membros da comunidade – diferente do que ocorre em sociedades densamente habitadas –, e que há poucas oportunidades de individualização, o comportamento da população é adaptado ao constante convívio com os outros. E essa dinâmica social tende a reforçar assimetrias de poder, prevalecendo a dominação masculina e as ações para exaltação dos valores

masculinos, como a honra, a qual deve ser validada por outros homens e se materializa pela violência.

Violências contra as mulheres em uma cidade do interior

Sabe-se que a convivência com a violência é uma realidade de uma em cada três mulheres na América Latina (Sagot, 2000). O tema da violência contra a mulher emergiu das lutas feministas a partir de meados dos anos 1970 e recebeu reconhecimento internacional da Organização das Nações Unidas (ONU), que passou a estimular debates em torno dos direitos humanos das mulheres e elegeu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. No Brasil, os esforços para o enfrentamento da violência contra as mulheres despontaram nos anos 1980, com a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs). Na década seguinte, em 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ou Convenção de Belém do Pará, se constituiu como instrumento jurídico internacional relevante para influenciar na elaboração da Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Brasil, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha, dispositivo legal criado para prevenir e punir a violência contra a mulher no país.

Mesmo com a violência contra a mulher sendo considerada uma violação aos direitos humanos – e mesmo com a criação de mecanismos de denúncia, da agenda de políticas públicas e de programas vinculados à mulher –, muitas vivem silenciadas, sob um *continuum* de agressões dos diversos tipos. Em regiões interioranas, o silêncio ainda prevalece quando

o assunto é violência de gênero. Pouco se sabe a respeito das mulheres que vivem em contextos rurais ou em locais situados no interior do Brasil e da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

No entanto, a interiorização da violência contra a mulher no Brasil foi destacada pelo Mapa da Violência de 2015 (Waiselfisz, 2015), que divulga a evolução dos homicídios de mulheres nas capitais e nos municípios brasileiros. O estudo apresenta uma estimativa do número de feminicídios²¹ dada a entrada em vigor da nova Lei nº 13.104, de 9 de março de

21 Os estudos que abordam as mortes de mulheres utilizam os conceitos de femicídio e feminicídio para definirem os crimes praticados contra as mulheres. Pasinato (2011) faz uma revisão bibliográfica de trabalhos produzidos na América Latina que abordam as categorias “femicídio” e sua variante “feminicídio”. A autora reconhece que tais conceitos carecem de melhor formulação, no entanto, afirma que mais importante do que a questão conceitual, é distinguir os femicídios de crimes comuns, como estratégia para prevenir a impunidade. Isso porque nos casos de femicídios persiste a ideia da opressão das mulheres pelos homens, demonstrando que os códigos patriarcais ainda estão fortemente marcados na sociedade. Para a estudiosa, sempre que a morte de uma mulher se apresenta como um ponto final de um *continuum* de terror, deve ser considerada como femicídio. Embutidas nesse conceito estão as ideias de que as mortes das mulheres estariam relacionadas ao não cumprimento de seus papéis sociais normatizados pela sociedade patriarcal e que, também, resultariam da discriminação baseada em gênero, já que é descrito como um crime cometido por homens contra mulheres, seja individualmente, seja em grupos. No femicídio os motivos das mortes não estão relacionados à raça/etnia, geração, filiação religiosa ou política. Já a definição de “feminicídio” foi dada por Marcela Lagarde (2006), que considera que ocorre quando o Estado não garante a segurança das mulheres ou cria um ambiente no qual não estão seguras em suas comunidades ou lares. Estão relacionados ao feminicídio, segundo a autora, a impunidade, a omissão, a negligência e a conivência das autoridades do Estado, razão pela qual considera o feminicídio como um crime de Estado. Sobre o assunto, ver: PASINATO, Wania. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 219-246, 2011; e LAGARDE, Marcela. Por la vida y la libertad de las mujeres. Fin al feminicidio. *In*: RUSSEL, Diana E. H.; HARMES, Roberta A. (ed.). **Feminicídio: una perspectiva global**. Tradução: Guillermo Vega Zaragoza. México, CIIH, UNAM, 2006.

2015 (Brasil, 2015), que transforma em crime hediondo os assassinatos por motivo de gênero. Essa pesquisa apresentou o ordenamento dos 100 municípios brasileiros com mais de 10 mil habitantes do sexo feminino com as maiores taxas médias de homicídio de mulheres (por 100 mil). Os resultados dessa investigação identificaram que os locais com as maiores taxas de assassinato de mulheres são os de pequeno porte, muito espalhados ao longo do território nacional (Waiselfisz, 2015, p. 26), o que demonstra a interiorização da violência contra as mulheres no país. Apesar dessa constatação, ainda são escassos os trabalhos acadêmicos voltados para o estudo da violência contra as mulheres no interior do Brasil.

É por essa razão que o recorte geográfico do presente estudo o faz peculiar. A idiosincrasia de estudar a violência no interior do Brasil, numa região na qual os comportamentos são influenciados por rígidas normatizações conservadoras, fez percorrer caminhos em busca de relatos de mulheres que sofreram violências de companheiros, namorados ou maridos. Como o objetivo da investigação era analisar a influência do patriarcado nos casos de violência contra a mulher em Carangola, foram estudados dez casos, ou seja, dez mulheres que viveram situações de violência de gênero foram ouvidas.

Robert Yin (2001) avalia que entre as variações do método de estudo de caso, há os que incluem casos únicos e os múltiplos. A definição do número de casos a serem estudados se ampara na recomendação de Kathleen M. Eisenhardt (1989), a qual considera que com menos de dez é pouco provável que se gere uma teoria, pois o contexto da pesquisa pode

ser inconsistente, e com mais fica muito difícil lidar com a quantidade e complexidade das informações.

Os registros das memórias e dos relatos das entrevistadas que participaram do estudo representam a ruptura com o silêncio de muitas agressões, ainda que conhecidas por seus familiares e seus vizinhos. Considera-se, ademais, que as memórias dessas mulheres são representativas de todas as outras, que, cooptadas pela equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou por meio dos questionários, não quiseram romper o silêncio e se negaram a participar do estudo. O silenciamento delas estaria motivado pelo *habitus* do patriarcado presente na cidade de Carangola? Ou estariam invocando seu “direito ao esquecimento” (Ricoeur, 2007)? O pensador alemão Harald Weinrich (2001), em *Lete: Arte e crítica do esquecimento*, propõe que as metáforas do esquecimento se relacionam com a memória, e que o esquecimento pode ser consolador por livrar de recordar desgraças. O conflito entre o lembrar e o esquecer pode fazer parte da dinâmica da memória, num processo emocional desconfortante, por vezes conflituoso. Isso porque o esquecimento pode significar “aquilo que já não tem significado na atualidade, mas também aquilo que tem significado demais” (Portelli, 2016, p. 47).

As memórias de mulheres que sofreram violência formam suas identidades e a imagem que têm delas mesmas e nas representações que possuem. Pollak (1989) diz sobre memórias proibidas, envergonhadas, indizíveis. Desse modo, concebe-se que a memória é seletiva, por isso a lembrança da violência pode ser compreendida como um

campo de disputas no qual o silenciamento, por vezes, requer seu espaço, já que os relatos dessas narradoras fazem parte de suas experiências pessoais, e elas podem querer resguardá-las como algo íntimo demais para ser revelado (Portelli, 2016, p. 15). Todas elas, antes de se desvencilharem de uma relação opressora, passaram por um cotidiano de violência e carregam em suas memórias uma vivência dolorosa. Há que se destacar que apenas uma das narradoras não sofreu violência conjugal, mas violência familiar por parte de seu filho e de sua nora, o que faz com que seus relatos sejam particularmente emocionados.

Lembrar, reconhecer, falar da violência seria conflituoso para as mulheres? Talvez para as mulheres de Carangola seja ainda mais difícil.

Sociabilidade, patriarcado e violências contra as mulheres em Carangola

De acordo com Amorim e Nader:

[...] o patriarcado encontra em cidades interioranas o tipo de sociabilidade propenso à violência, uma vez que é utilizada como afirmação da masculinidade, desejo de vingança, defesa da honra, ou para estar em evidência perante determinado grupo social (Amorim; Nader, 2017b, p. 132).

O cenário de análise do estudo apresentado neste livro é o município de Carangola, o qual se distingue pela sociabilidade da comunidade e dinâmica social que faz com que a localidade tenha atributos de cidade de pequeno porte,

principalmente pela forte presença do mundo rural no cotidiano e no caráter conservador da população.

Categorizar um município como cidade de pequeno ou médio porte conforme Maria Encarnação Sposito (2006), exige mais do que a classificação populacional. Cabe analisar o entendimento sobre as características do lugar e seu cotidiano. Para a autora, são chamadas “cidades de porte médio” aquelas que têm entre 50 mil e 500 mil habitantes. Contudo, não se pode conceituá-las como cidades médias apenas empregando o elemento demográfico, ou seja, para a observação de uma cidade pequena há que se considerar aspectos como a divisão do trabalho, os estilos de vida e a interação entre os valores rurais e urbanos na rotina da população – que apesar de ser urbanizada, pode vivenciar e reproduzir valores e práticas características do mundo rural. Como exemplo, a autora cita as práticas das relações de trabalho, de consumo, hábitos alimentares e o vínculo identitário com o lugar, fortemente presentes no cotidiano local (Sposito, 2006).

O tipo de sociabilidade desse locus de estudo diz muito a respeito dos dados notificados sobre a violência contra a mulher e, também, sobre como os casos de violência são silenciados pelas vítimas. A análise da violência contra a mulher em Carangola, no que se refere à sociabilidade, se ampara nas discussões teórico-conceituais de Norbert Elias. Na obra *A sociedade dos indivíduos*, Elias (1994) ajuda a compreender as estruturas sociais da localidade estudada. O autor oportuniza a reflexão de como a presença constante de outras pessoas e a sua proximidade representam o controle do comportamento individual e o crescente autocontrole

em todas as esferas da vida. São pessoas que representam a comunidade, tais como vizinhos, comerciantes e mesmo os próprios parentes, enfim; portanto, diversos atores que convivem entre si. No caso específico da violência contra a dignidade da mulher, tais atores podem ter, por alguma razão, presenciado ou apenas ter conhecimento do processo de violência a que determinada mulher esteja submetida, uma vez que a proximidade entre as pessoas causada pelo reduzido número de habitantes faz com que os indivíduos dividam os mesmos espaços de convivência e se conheçam, apesar de não serem necessariamente amigos próximos.

Elias (1994) declara que as relações entre as pessoas são determinadas pelas estruturas e leis sociais e, por isso, deve-se pensar na estrutura como um todo para compreender como se formam as partes individuais, isto é, como agem as pessoas inseridas numa dada realidade social. Assim, para além da convivência pessoal com o agressor, afetividade, medo ou dependência financeira, o julgamento da sociedade figura, para as moradoras de cidades interioranas, entre os principais fatores motivadores de ocultação sobre as agressões e silenciamento das violências sofridas. Desse modo, o comportamento dos indivíduos dessa sociedade determina o silenciamento sobre a violência contra mulher.

Outro aspecto relevante para se observar a ocultação de relações conjugais violentas em uma cidade pequena se ampara nos comentários maliciosos, tais como os apresentados por Elias e Scotson (2000) na obra *Os estabelecidos e os Outsiders*. Nesse livro, os autores registram a pesquisa feita no final dos anos 1950 em uma comunidade de periferia urbana, nomeada

ficticiamente de Winston Parva. Em uma pequena escala de análise, que chamam de microcosmo, analisam o comportamento da comunidade que forma esse povoado industrial, dividindo a população do lugar em dois grupos. Um que se reconhecia como “estabelecido”, fundado na concepção de antiguidade na ocupação do lugar, e outro grupo formado por recém-chegados, denominado “outsiders”. Entre eles havia relações de poder e o controle social²² era feito por meio da “fofoca”, termo utilizado pelos autores. A palavra “fofoca” (*gossip*) significava “amiga” e, durante a Idade Média, “mudou de significado, adquirindo uma conotação depreciativa” (Federici, 2017, p. 335). O caráter depreciativo desse termo é analisado por Elias e Scotson (2000, p. 113), quando fazem considerações sobre “mexericos” e como a “boataria” representa um fator de entretenimento para determinadas sociedades. Os autores definem a fofoca como “informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras” (Elias; Scotson, 2000, p. 121).

Na afirmação dos autores, a informação veiculada pela fofoca é transmitida oralmente entre os membros da comunidade e com uma velocidade considerável, a fim de permitir que as notícias se espalhem. Eles utilizaram uma escala reduzida de análise para estudar a localidade de Winston Parva, a qual

22 No que se refere ao controle social, leva-se em conta o papel das instituições (família, escola, religião) que influenciam nas relações de sociabilidade e na reprodução de valores e orientações para a ação social. Nader destaca que tais instituições promoveram, na história do Brasil, o processo moralizante e o destino biológico da mulher. Sobre o assunto, ver: NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: EDUFES, 2001, p. 71.

constitui um paradigma para este estudo, pois de forma semelhante e análoga investiga a violência de gênero em uma cidade com aspectos de cidade de pequeno porte, uma vez que, segundo os autores:

O uso de uma pequena unidade social como foco da investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável – microscopicamente, por assim dizer. Pode-se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal – um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala. Nesse sentido, o modelo de uma figuração estabelecidos-*outsiders* que resulta da investigação de uma comunidade pequena, como a de Winston Parva, pode funcionar como uma espécie de “paradigma empírico” (Elias; Scotson, 2000, p. 20-21).

Ou seja, para os autores, o paradigma empírico de relações estabelecidos-*outsiders* serve para compreender melhor a dinâmica das relações sociais de outras comunidades estudadas.

Uma vez que esse tipo de estudo engloba num mesmo conceito guarda-chuva certos tipos de relações que tradicionalmente só são percebidos como diferentes [...] e pode-se ver com clareza, por exemplo, o papel desempenhado nas relações estabelecidos-*outsiders* pelas diferenças entre as normas e, em especial, entre os padrões de autocontrole (Elias; Scotson, 2000, p. 20-21).

O estudo que os autores realizaram sobre Winston Parva é norteador para a análise das relações sociais na cidade de Carangola, sobretudo a respeito de como influenciam no silenciamento dos casos de violências de gênero. Naquela investigação, os estudiosos identificaram o alto grau de coesão das famílias entre as duas comunidades analisadas, os estabelecidos e os *outsiders*. Destacaram ainda a função dos “mexericos” como instrumento de rejeição infalível, assim como realçaram, em alguns casos, a superioridade da conduta, dos valores e do estilo de vida de determinados segmentos dos dois grupos pesquisados, numa dinâmica de controle social.

O contexto no qual as mulheres pesquisadas estão inseridas acarreta singularidades que refletem a construção social de culturas masculinas e femininas marcadas por relações de poder assimétricas e, ainda, uma imagem idealizada sobre as relações conjugais. A esse cenário soma-se a situação de submissão e dominação, o espectro da vergonha e a dificuldade de tomar decisões por si ou de conceber qualquer pensamento sem a constante referência ao grupo.

De forma congruente, Elias (1994, p. 108) disserta que a cidade pequena é um daqueles lugares onde “a pessoa não tem oportunidade, nem capacidade de ficar só” e, em tais situações, o comportamento do indivíduo se adapta ao constante convívio com outros, a quem o desempenho tem que ser ajustado. Assim, há um crescente domínio comportamental pelos membros das famílias, da vizinhança e da comunidade em todas as esferas da vida.

Dada essa característica, reconhecer a violência sofrida, falar a respeito dela e denunciar agressões representam atos de rupturas com os padrões sociais da localidade. Do mesmo modo, agir com violência para disciplinar ações é dar uma resposta ao papel social masculino exigido pela comunidade, que direta ou indiretamente cobra do homem um posicionamento viril²³ a respeito de atos e condutas disciplinares, seja entre homens ou entre homens e mulheres.

Do mesmo modo, o controle dos comportamentos e ações por parte da comunidade foi observado no estudo de John Comerford (2015), que pesquisou alguns municípios da Zona da Mata de Minas Gerais, região onde está localizada a cidade de Carangola. O autor identificou o controle de deslocamentos e associações a parentescos, numa sistemática de “vigiar e narrar” como:

A cuidadosa observação dos muitos movimentos cotidianos entre roças, casas e localidades, de suas direções, velocidades e permanências, dos agrupamentos de pessoas, das suas atitudes e expressões quando agrupadas, dos deslocamentos excepcionais (por envolverem estranhos, por se tratar de trânsitos inusitados, extemporâneos, furtivos, etc.), fornece rica matéria-prima acrescentada às inúmeras conversas em que essas pessoas se situam, posicionam e julgam

23 A virilidade é entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança). Em oposição à mulher – cuja honra, essencialmente negativa, só pode ser defendida ou perdida, sua virtude sendo sucessivamente a virgindade e a fidelidade –, o homem “verdadeiramente homem” é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública. Sobre o assunto, ver: BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017, p. 76.

mutuamente, mesmo enquanto discutem assuntos aparentemente distantes, neutros ou banais (Comerford, 2015, p. 31).

Infere-se, portanto, que vigiar, julgar e narrar é característica cultural de comunidades ou cidades pequenas. Nesse sentido, a observação inculca o julgamento, principalmente no que diz respeito a aspectos do mundo privado das famílias.

Em Carangola, de acordo com o apontado por Elias (1994), pode-se dizer que a mobilidade das pessoas no sentido espacial e social é menor e é inescapável o envolvimento com grupos de parentesco e com a comunidade local. Aonde quer que o indivíduo vá, sempre há alguém que o conhece ou que é seu parente. Logo, o monitoramento social é exercido sobre a mulher que sofre violência ao longo de todo o processo, que envolve desde o ato em si até o momento em que se dirige à única delegacia de polícia da cidade para registrar uma ocorrência contra seu/sua agressor/a. Destaca-se que, em Carangola, o transporte público não atende a região onde está situada a Delegacia de Polícia Civil.

Como já mencionado, em comunidades nas quais os laços sociais são mais intensos, o tipo de sociabilidade favorece a vigilância e o controle, sobretudo da mulher, que deve ser adestrada, conforme demanda a hierarquia patriarcal de gênero. O sentido de adestramento da mulher é abordado por Simone de Beauvoir (1980), a qual admite que, no regime patriarcal, o homem tornou-se o senhor da mulher, e os mesmos atributos que atemorizam nos animais ou nos elementos indomados tornam-se qualidades preciosas

para o proprietário que as soube domesticar. Sendo assim, o domínio da mulher pelo homem, sobretudo em sociedades com rígidos códigos patriarcais, faz-se de maneira condescendente, isto é, recebe o apoio de outros indivíduos, dada a incorporação desse *habitus* comportamental e cultural.

Mediante as considerações sobre adestramento para uma boa conduta social e da relevância da fofoca no controle das ações dos moradores de uma comunidade pautada nos rígidos códigos normativos sociais, como Carangola, percebe-se que reconhecer um relacionamento violento, denunciar o agressor e se desvencilhar do vínculo conjugal pode ser difícil para algumas mulheres, por temerem o julgamento social da comunidade e fazer com que se sintam *outsiders* perante o grupo, causando um retraimento social.

Desse modo, supõe-se que, consoante à realidade social de Carangola, no momento da denúncia a vítima pode sofrer constrangimentos e ser exposta ao julgamento da sociedade. Se ela vai a pé até a delegacia, as pessoas da cidade poderão vê-la e, no caso de uma agressão física, identificar em seu corpo as marcas da violência. Durante o deslocamento, poderá até mesmo ser abordada por indivíduos que buscam oferecer algum tipo de ajuda ou apenas curiosos a fim de informações sobre o caso. Não obstante a violência sofrida pela mulher, o ajuizamento moral da comunidade se converte em fofoca depreciativa (Elias; Scotson, 2000).

Da mesma maneira, se uma mulher carangolense é agredida e pede um táxi para levá-la até a delegacia, está exposta à possibilidade de um membro da comunidade julgá-la e,

possivelmente, culpabilizá-la pela violência sofrida. Mesmo que se dirija à delegacia por meio de transporte próprio, a fim de realizar a denúncia, poderá se deparar com servidores que podem ser parentes ou conhecidos do agressor – dada a personalidade própria de cidades pequenas – e que poderão previamente desqualificá-la, buscando justificativas que culpabilizem a mulher por aquela agressão.

Isso faz da fofoca uma variável relevante para a análise do silenciamento da violência contra a mulher em Carangola, porque, sustentada pela constante observação entre as pessoas em uma cidade pequena, representa o monitoramento das condutas sociais, tanto pela fofoca elogiosa quanto pela ameaça de fofocas depreciativas contra os suspeitos de transgressão das regras de “boa conduta” social.

Denunciar a violência conjugal significa assumir a condição de vivência de um contexto violento e, conseqüentemente, de avaliação moral que busca justificativas para agressores e vítimas, essas últimas culpabilizadas por códigos morais patriarcais. Nesse tipo de sociabilidade, a opinião do grupo, ou seja, da comunidade, é relevante, pois denota aceitação, e o julgamento social se torna instrumento nas relações de poder. É como se a comunidade se dividisse em dois grandes grupos: um formado por famílias nucleares e outro formado por famílias de mulheres separadas, tal como Elias e Scotson (2000) mostram sobre a relação entre estabelecidos-*outsiders*.

Reconhecer a violência conjugal pode significar rejeição e estigmatização por parte da comunidade. Afirma-se, portanto, que o silenciamento da violência reside no aspecto

de sociabilidade da cidade, propenso à fofoca depreciativa, que emerge como fator de censura. A fofoca, nesse caso, apresenta-se como uma variável de análise peculiar a esse tipo de localidade.

Alguns trabalhos realizados na Zona da Mata, no Norte, no Noroeste e no Centro-Oeste de Minas Gerais (Benites, 2015; Caniello, 2003; Dainese, 2015; Pereira, 2015) confirmam tal assertiva e refletem sobre a circulação de fofocas como parte dos vínculos sociais das comunidades, em meio às dinâmicas cotidianas da propagação de informações que carregam um repertório de avaliação moral cujo objetivo é depreciar a reputação de determinados indivíduos.

Graziele Dainese (2015) pesquisou, nos anos de 2008 e 2009, o município mineiro de Santa Abadia do Pradinho (região do Alto Paranaíba) e percebeu os aspectos de observação, controle e “falar dos outros” devido à proximidade entre as pessoas, o que, segundo a autora, possibilita um circuito particular de interação. Para a pesquisadora, essa proximidade cria condições para que os moradores se façam “conhecidos”, tecendo vizinhança social, e qualquer encontro se transforma em oportunidade para “falação”, quando se tematiza algo que se passa entre os moradores da localidade (Dainese, 2015, p. 49). Para ela, o fato de tratar de acontecimentos relacionados a outros moradores não deixa de ser um hábito, e o contato e a intimidade entre os “conhecidos” permitem conhecer tensões existentes dentro dos lares.

Especificamente a respeito de Carangola, há registros de fofocas nas correspondências que o imigrante francês

Alexandre Bréthel enviava aos seus familiares na França, na segunda metade do século XIX. Um dos temas abordados nas cartas citadas na obra de Massa (2016, p. 123) é a violência e a calúnia: “entre vizinhos, no seio da mesma família, como por todo lado, há maledicência, inveja, disputas e também imputações falsas; rouba-se, mata-se impunemente”.

Historicamente, a região da Zona da Mata Mineira, da qual Carangola faz parte, é marcada por traços de ruralidade. A pesquisa de Comerford (2015) realizada nessa região, entre os anos 1990 e início dos anos 2000, demonstra a maneira pela qual o pesquisador era percebido e “mapeado” em diferentes circunstâncias. Esse mapeamento de que trata Comerford nada mais é do que a observação e o controle feito pela comunidade. Conforme bem observa o autor:

Esse controle de deslocamentos e associações, exercido não só em relação a estranhos, não é casual ou secundário, mas sistemático e prioritário: interrompem-se outras atividades para observar atenta e longamente quem passa, comentar com quem estiver ao lado para onde tal pessoa deve estar indo, com quem, conjecturar o que vai fazer, e, quando a pessoa volta, comentar a demora ou a rapidez e, de novo, o que deve ter ido fazer e com quem – e tudo isso poderá ser retomado mais adiante, desenvolvido em conversas em outros contextos (Comerford, 2015, p. 30-31).

Os olhares atentos, atributos do referido “mapeamento” mencionado por Comerford, constituem julgamento moral e o mútuo controle exercido pelos indivíduos nas comunidades e cidades de pequeno porte. A pesquisa de Comerford auxilia na compreensão do estudo de caso referente a Carangola,

pois se trata de uma etnografia realizada na mesma região. O autor também destaca a presença da violência no cotidiano da população da Zona da Mata mineira.

Os eventos envolvendo brigas e mortes se tornam necessariamente foco de atividade narrativa, histórias em disputa, com o desdobramento do assunto ou notícia em áreas por vezes extensas, durante um tempo que pode chegar a ser muito longo. As narrativas de brigas se destacam nas conversas cotidianas, introduzem uma atenção e silêncio, são anunciadas por fórmulas e, diante do estranho, se referidas a comunidades ou pessoas próximas, por um tom de confissão e de que já se sabe que o estranho já deve ter ouvido falar pela boca de outros (Comerford, 2015, p. 34).

Do mesmo modo, em seus estudos sobre vigilância e o uso do poder para controlar os indivíduos, Michel Foucault afirma que

o sucesso do poder disciplinar se deve, sem dúvida, ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame (Foucault, 1984, p. 143).

Levando-se em conta a visibilidade latente entre os indivíduos que residem em localidades pequenas, há que se considerar que o fator da pessoalização influencia no silenciamento das mulheres com relação à violência doméstica na cidade de Carangola. Esse contexto pode ser compreendido tanto pela banalização das diversas formas de violência cometidas contra as mulheres – que cria um sentimento de tolerância e impunidade –, quanto pela discriminação sofrida por elas,

especialmente em sociedades nas quais os modos de vida conferem proximidade entre os indivíduos e a “arte” de vigiar, censurar e punir²⁴ disciplina as ações.

Nesse sentido, tanto a noção de *habitus*, de Bourdieu (1992) quanto a abordagem de controle e vigilância dada por Foucault (1984) sustentam a afirmação de que o tipo de relações sociais da comunidade é determinante para o silêncio das mulheres que sofrem agressões em relacionamentos abusivos.

Conforme considera Michel de Certeau (1998), pode-se observar nos trabalhos de Bourdieu e de Foucault um mesmo esquema operacional. Em Bourdieu (1992), o *habitus* pode ser interpretado como uma estratégia inconsciente para legitimar o discurso da violência contra a mulher, em defesa da honra e do cumprimento dos códigos normativos patriarcais. Em Foucault (1984), a vigilância é o dispositivo que legitima o discurso, quando a sociedade cobra do homem ações violentas para corrigir práticas ou condutas consideradas imorais ou inadequadas para uma mulher.

Bourdieu (2017) contribui, ainda, ao afirmar que a honra ou seu reverso, a vergonha, são experimentadas diante dos outros, e que a virilidade tem que ser validada por outros homens em sua verdade de violência real ou potencial.

24 Paráfrase da obra *Vigiar e Punir*, na qual Foucault apresenta as estruturas de vigilância de prisões, escolas, fábricas e hospitais, tendo em vista o fato de consistirem em instituições responsáveis por produzir “corpos dóceis”. Sobre o assunto, ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

O autor completa também que os homens, em busca de forçar o reconhecimento dos valores ditos masculinos, exibem-se em atos de bravura ou covardia, como matar, torturar ou violentar, baseados no medo “viril” de serem excluídos do mundo de homens sem fraquezas e de se verem remetidos à categoria tipicamente feminina dos “fracos”, “delicados”, “mulherzinhas” ou “veados”.

Com efeito, a comunidade se torna um grande “panóptico” (Foucault, 1984) que observa, controla e julga as ações da população, sejam homens ou mulheres. Além disso, são reforçadas as disputas de poder nas relações sociais, pautadas em regras de controle e regulação, sobretudo pelas representações sociais do poder da família. Dessa maneira, a população se faz condescendente com as violências cometidas contra as mulheres, que, por sua vez, silenciam-se, motivadas por aspectos também impostos pela sociedade, como o medo, a vergonha ou a autculpabilização.

Os aspectos de sociabilidade da cidade de Carangola impuseram preocupação para as narradoras desta pesquisa, especificamente no que diz respeito ao resguardo de suas identidades. Para além do compromisso ético do estudo, a proximidade entre os habitantes da cidade reforça a necessidade de substituição dos nomes das entrevistadas por pseudônimos para evitar a exposição, já que se tratam de relatos de violências já conhecidas pela comunidade. Ou melhor, são “velhas histórias” ou “casos que todo mundo sabe” que fazem parte de memórias proibidas, indizíveis ou vergonhosas (Pollak, 1989).

Trazer à tona a realidade diária de mulheres comuns consiste em estratégia de enfrentamento, pois contribui para o fim da invisibilidade e da banalização da violência vivenciada dia a dia, tão silenciada e tacitamente aceita pela sociedade.

De quem se fala: as narradoras e seus perfis

A possibilidade que se tem hoje de abordar histórias de mulheres simples²⁵ só foi possível após a difícil trajetória historiográfica percorrida desde os anos de 1960. Os estudos sobre as mulheres assumiram papel de relevância com os novos campos que emergiram com o desenvolvimento da história das mentalidades e da história cultural, estando relacionados às transformações socioculturais ocorridas entre os anos 1960 e 1970 e à campanha feminista que, conforme Soihet (1997b), envolveu a expansão dos limites da história. Nesse mesmo sentido, Scott (2011) destaca as contribuições recíprocas entre a história das mulheres e o movimento feminista.

O percurso do campo historiográfico “história das mulheres e das relações de gênero” é muito bem delineado no texto de Soihet e Pedro (2007), no qual evidenciam que a disciplina “história” foi a que mais tardiamente apropriou-se das

25 Usa-se o conceito de “simplicidade” do sociólogo José de Souza Martins, apesar de, em sua obra, o autor utilizá-la como “homem simples”, no formato universal de indivíduo. Não se discutirá a abordagem de gênero nesse conceito, pois o que interessa nele é a dimensão cotidiana de mulher simples, comum, anônima que, assim como o “homem simples”, não só luta para viver todo dia, mas que luta para compreender um viver que lhe escapa, porque, não raro, se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido. Sobre o assunto, ver: MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

categorias de análise "gênero" e "mulher" na pesquisa. A partir da problematização do conceito de gênero como construção social e histórica do feminino e do masculino e da rejeição ao binarismo biológico como responsável pelas diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, a história social possibilitou que a categoria "mulher" fosse ampliada para a noção de coletividade, inserindo, assim, as múltiplas identidades de "mulheres" e de temas relacionados a elas, como trabalho, corpo, sexualidade, maternidade e família. No bojo das principais contribuições historiográficas que surgiram desde então, o enfoque do cotidiano permitiu transpor o silêncio e a invisibilidade que perduraram por longo tempo nesse terreno e nesse processo. Dessa forma, refinaram-se os métodos, as técnicas e a inventividade com relação às fontes, proporcionando maior intimidade com aqueles segmentos e a ampliação dos horizontes da história (Soihet, 1997b).

À vista disso, é possível hoje analisar a realidade social de mulheres e homens, conhecendo seus mecanismos e suas pluralidades, e é o que se desenvolve neste trabalho. As dez mulheres que fazem parte deste estudo possuem perfis diferenciados, sistematizados no Quadro 1 a seguir.

Pseudônimo	Idade na ocasião da entrevista	Cor²⁶	Escolaridade	Profissão
Ana	42 anos	branca	Mestrado	Arquiteta
Bruna	54 anos	branca	Especialização	Servidora pública municipal
Carmela	29 anos	branca	Ensino Médio	Cozinheira
Daniela	31 anos	parda	Ensino Médio	Auxiliar de serviços gerais
Eulália	33 anos	preta	Ensino Médio	Operadora de caixa
Luciana	29 anos	parda	Graduação em curso	Auxiliar de limpeza
Margarida	34 anos	parda	Ensino Fundamental incompleto	Auxiliar de limpeza
Maria	74 anos	preta	Analfabeta	Trabalhadora rural aposentada
Rosa	44 anos	preta	Ensino Fundamental incompleto	Ajudante de cozinha
Vera	42 anos	branca	Ensino Médio	Servidora pública municipal

Quadro 1: Perfil das entrevistadas da pesquisa²⁷

Fonte: elaborado pela autora (2016).

26 O IBGE utiliza em suas pesquisas, desde 2000, cinco categorias que figuram nos questionários aplicados para seus estudos, adotados inclusive no Censo Demográfico de 2010. Essas categorias são dispostas nos questionários na seguinte ordem: branca, preta, amarela, parda e indígena. Para categorizar as entrevistadas, foram apresentadas a todas as entrevistadas as cinco categorias, para que fizessem suas escolhas com base na autoidentificação.

27 O Quadro 1 foi elaborado levando em conta a ordem cronológica de realização das entrevistas em profundidade. Observa-se ainda que a escolha dos pseudônimos se deu de maneira que pudessem ser dispostos em ordem alfabética.

Explorando as informações contidas no Quadro 1, observa-se que, quanto à cor da pele, quatro delas se autoidentificaram como brancas, três como pardas e três como pretas. Pardas e pretas somadas constituem a maioria das mulheres deste estudo (mulheres negras). São elas as que estão em situação de maior vulnerabilidade, piores condições financeiras e desempenham ofícios que requerem maior esforço físico do que intelectual. Sendo assim, a maioria delas pertence às camadas populares da sociedade.

Ao analisar o perfil das entrevistadas, evidencia-se também que a cor está relacionada à escolaridade e às atividades profissionais exercidas pelas mulheres do grupo. A mais idosa é a única analfabeta e é preta. As outras duas mulheres pretas que participam do estudo estão entre as que menos possuem anos de escolaridade e, de forma antagônica, as duas mulheres que possuem melhor escolaridade são brancas.

Percebe-se que cinco das dez entrevistadas exercem funções de cozinheira, ajudante de cozinha ou auxiliar de serviços gerais e limpeza, ocupações que auferem baixos salários e que inviabilizam a essas mulheres poder de barganha por melhores condições de vida e luta contra diversos tipos de violência a que estão sujeitas.

Jessé Souza (2017) faz uma crítica histórico-social da formação do Brasil, na qual atribui ao culturalismo racista as razões para perpetuação de uma nação desigual, que fez da escravidão seu mote para desenvolver relações sociais de exploração, preconceito e violência. O autor afirma que quatro grandes classes sociais marcam a sociedade brasileira:

1) a elite de proprietários; 2) a classe média e suas frações; 3) a classe trabalhadora semiqualficada; e 4) a ralé de novos escravos. Essa última, para ele, é constituída pelas classes populares formadas com base numa sociedade escravocrata (Souza, 2017, p. 102), que continuam sendo exploradas em funções repetitivas e trabalhando horas em pé, como as empregadas domésticas e as faxineiras.

Tais profissões são exercidas por cinco entrevistadas, especificamente por aquelas com menor grau de escolaridade (ensino fundamental incompleto), ou seja, possuem menos de quatro anos de formação escolar.

Entre essas cinco narradoras, encontra-se Rosa, que ainda estava em fase de reconhecimento da violência. O contexto de violência no qual estava inserida afetava seus filhos, gerando um círculo vicioso. Assim, Rosa, mulher preta, semianalfabeta e pobre, encontrava ainda mais dificuldades para romper com o *continuum* de violências presente em seu cotidiano.

No entanto, há que se desconstruir o mito de que a violência contra a mulher é um fenômeno estritamente relacionado com a pobreza. O que ocorre é que, para as mulheres com melhores condições econômicas, existem recursos que são acionados, mas que são de difícil acesso às mulheres pobres – por exemplo, o apoio de atendimento jurídico especializado e personalizado. Isso pode induzir ao equívoco de que são menos agredidas do que as que estão em condições menos abastadas ou possuem menor escolaridade (Cavalcanti, 2006).

Com relação às mulheres brancas entrevistadas, seus perfis confirmam as contradições da sociedade e a necessidade de demandas específicas para grupos de mulheres negras, já que as autodeclaradas brancas desta pesquisa são as que possuem melhor escolaridade e formação profissional. Elas também são as que demonstraram integrar redes de apoio mais eficientes para o enfrentamento das situações de violências. Destoam do grupo de pardas e pretas no que se refere à maneira como verbalizaram suas experiências no contexto de violências e ainda no que tange ao sentimento de vergonha perante a sociedade, ao reconhecer que sofrem agressões de seus ex-companheiros.

Cabe reforçar, então, que a violência contra a mulher está presente em todas as camadas sociais e não elege cor. Contudo, a forma de enfrentamento é diferente entre esses segmentos, privilegiando mulheres brancas e com melhores condições econômicas. Assim, infere-se que o empoderamento das mulheres é um fator diferencial que pode favorecer o enfrentamento da violência, uma vez que possibilita o alcance de “liberdades substantivas”, que são as liberdades relacionadas à qualidade de vida e à segurança econômica e física, como sustenta Amartya Sen (2000). Ademais, o nível de estudo, o direito de propriedade, as possibilidades de emprego fora de casa e de renda própria contribuiriam para fortalecer a condição de agente das mulheres. Segundo Sen (2000), essas variáveis influenciam as interações sociais e dão ganho de poder a elas, implicando em transformações em suas próprias vidas e, também, nas de seus companheiros e familiares.

No mesmo sentido, o autor aborda o conceito de empoderamento, que desponta nos debates acadêmicos, envolvendo os movimentos de mulheres, os movimentos sociais do campo, as pesquisas acadêmicas, as ações das agências de desenvolvimento e de financiamento de projetos e as políticas públicas. A ênfase dada é referente à autonomia nas tomadas de decisão, nas reivindicações das mulheres para além da esfera pública e na obtenção de poder em temas que afetam suas vidas (Horochovski; Meirelles, 2007). Para Sen (2000), o empoderamento econômico da mulher seria processualmente construído e contaria com o suporte da obtenção de uma renda, seja por meio do trabalho individual ou do trabalho coletivo, auferida a partir do ganho advindo de um emprego fora de casa. Assim, o autor considera que a independência econômica é indispensável para o reconhecimento da condição de agente por parte dos indivíduos, por fazer com que se sintam como pessoas responsáveis por sua vida e emancipados.

O empoderamento feminino representa o rompimento das tradicionais relações familiares e possibilita o desempoderamento do homem. Dessa maneira, implica mudanças e experiências a todos os familiares, porque o empoderamento advém da contribuição da mulher com relação a opiniões, propriedade de bens e escolhas na vida, permitindo a tomada de decisão familiar (Deere; León, 2002).

A transformação das relações entre mulheres e homens relacionadas ao mundo do trabalho tem sido considerada em estudos acadêmicos que visam investigar as condições contemporâneas das relações de gênero, principalmente

quanto à posição da mulher como sujeito histórico e à forma com que lidam com os relacionamentos conjugais. Nessa linha de pesquisa, Nader (2008), ao tratar das mulheres capixabas, constatou que depois de deixarem de depender economicamente do pai e/ou do marido, elas passam a se relacionar de forma diferente com o casamento. Ao assumirem novos papéis sociais, começam a considerar o trabalho como possibilidade de realização social, em detrimento do matrimônio, antes concebido como projeto feminino ideal. Dessa forma, a autora expressa que o empoderamento das mulheres tem gerado mudanças nas trajetórias femininas no processo histórico.

Contudo, quando as mulheres incorporam novas posturas e ações, conquistando visibilidade, e ocupando espaços sociais de destaque na sociedade e adentrando posições nos espaços públicos até então reservados exclusivamente aos homens, enfrentam reveses de seu empoderamento. Esses reveses, em alguns casos, se manifestam em agressões, como destacado nos crescentes índices anuais de violência praticada contra a mulher em todo o Brasil.

Uma das abordagens do conceito de “empoderamento” se volta ao acesso pela mulher aos bens materiais. Sen (2000) e Deere e León (2002) consideram que o empoderamento também está relacionado à possibilidade de ter a propriedade de bens e de imóveis, uma vez que a limitação à posse pode trazer implicações para a vida das mulheres e seus companheiros e familiares, favorecendo a assimetria nas relações de gênero.

Retomando a análise dos perfis das entrevistadas deste estudo, salienta-se que entre as quatro mulheres brancas

entrevistadas, três delas adquiriram imóveis e puderam recomeçar suas vidas em suas casas próprias. Esse empoderamento, segundo relatos das narradoras, adveio do trabalho remunerado e do reconhecimento de seus papéis como agentes e sujeitos de suas próprias vidas, em detrimento da condição de vítima. Tal sentimento pode ser identificado na condição da participação delas neste estudo, quando fizeram questão de contribuir com suas narrativas, principalmente por entendê-las como encorajadoras para outras mulheres. Isso demonstra o fortalecimento de suas autoimagens, conferindo sentido para suas vidas com base no exercício de trabalho remunerado e descobrindo novas formas de realização pessoal.

Todos os mecanismos de dominação que preservam a submissão e o controle sobre corpos e mentes das mulheres são ainda mais realçados quando a cor da pele representa o instrumento simbólico que justifica discriminações e subalteridades. Sabe-se que o reconhecimento do peso do racismo na violência contra as mulheres é relevante para formulação de políticas públicas mais eficazes, já que as mulheres negras são as mais atingidas pela violência, conforme demonstram os dados do Instituto de Pesquisa DataSenado (Brasil, 2017):

	Física	Sexual
Negras	74%	27%
Branças	57%	11%

Tabela 1: Percentuais de mulheres negras e brancas que já sofreram violência física ou sexual

Fonte: Pesquisa DataSenado (2017).

A pesquisa realizada em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência constatou que existe uma relação entre a cor e o tipo de violência predominante. Enquanto o percentual de brasileiras brancas que sofreram violência física foi 57%, entre as negras (pretas e pardas) foi 74%.

Corroborando com o resultado das estatísticas, a feminista negra Sueli Carneiro (2003) afirma que há um contingente enorme de mulheres que as políticas públicas não alcançam, haja vista as diversas realidades entre elas. Historicamente, as assimetrias sociais impõem às negras um cotidiano de múltiplas violências e, por isso, políticas públicas generalizantes não contemplam as distintas vivências femininas.

Ser mulher e ser negra é estar duplamente exposta às possibilidades de exclusão, submissão e dominação de uma sociedade fortemente marcada pelo poder do patriarcado. Na cidade de Carangola se encontram as mesmas contradições presentes em outras cidades brasileiras, nas quais as implicações do racismo e do sexismo condenam historicamente as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais.

As narradoras deste estudo possuem suas particularidades, e cabe conhecê-las para compreender suas subjetividades, vivências e experiências de vida. Desse modo, na seção seguinte, apresentam-se as interlocutoras, com uma breve apresentação da situação de violência à qual cada uma estava submetida.

Ana: não é só pobre que sofre violência

Este caso é peculiar por diversos fatores. Primeiro porque sua abordagem se deu de maneira diferente das outras narradoras da pesquisa. Ana não foi cooptada pela mediação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) nem pelos questionários aplicados, mas sim quando da aplicação dos testes pilotos ou pré-testes, que visavam avaliar a primeira versão dos questionários e se os conteúdos abordados nas questões estavam corretamente interpretados, a fim de atender o objetivo da pesquisa, conforme orienta Babbie (1999).

O teste inicial foi aplicado em uma instituição de ensino superior pública e, ao tomar conhecimento da aplicação, uma mulher procurou a entrevistadora, afirmando seu desejo de participar das entrevistas. Assim, ela contou sua experiência com o propósito de contribuir, por meio de seus relatos, para o fim do silenciamento de outras mulheres que vivem essa realidade.

Além da forma de abordagem, outro diferencial do caso é o perfil socioeconômico, que destoa das outras entrevistadas por se tratar de uma profissional liberal que, além disso, exerce o magistério em nível superior, possuindo condições socioeconômicas que a permitem fazer um acompanhamento psicossocial com profissional de sua livre escolha. Das dez mulheres entrevistadas, sete fazem acompanhamentos psicossociais, no entanto, são, em geral, atendidas pela rede pública municipal.

Essa narradora também difere das outras pelo fato de não ter sofrido violências físicas, apesar de ter vivenciado inúmeras situações de violência moral e psicológica. O estopim para a denúncia e para o pedido de medida protetiva de urgência se deu em razão do constrangimento que ocorreu no aniversário de sua filha, ocasião em que as agressões verbais proferidas pelo ex-marido se tornaram notórias perante o grupo social a que pertence.

Por fim, o último fator que a diferencia é sua rede de enfrentamento da violência contra a mulher. Pelos aspectos socioeconômicos, Ana possui melhor acesso ao atendimento jurídico, constituindo profissionais de sua confiança para assessorá-la. Além disso, a rede de solidariedade formada por sua família e amigos para encorajar a decisão de romper com a relação conjugal também era mais ampla, com articulações em diversas esferas sociais, fato que foi fundamental para o processo de ruptura com o ex-marido.

Bruna: viagens internacionais como pedidos de desculpas

Bruna é uma mulher de 54 anos, servidora pública, pós-graduada, mãe de duas filhas e sofreu agressões físicas e psicológicas do ex-companheiro. Na terceira fase do ciclo da violência, fase da “lua de mel”, seu agressor proporcionava viagens internacionais “em família”, como subterfúgio para se desculpar pelas violências que cometia. A entrevistada em questão não está mais sob medida protetiva de urgência, conforme informou em seu longo e emocionado relato concedido na sede do CREAS.

O silenciamento de Bruna perante as violências às quais estava submetida durou dez anos. Desde o início do casamento, já na viagem de núpcias, o ex-marido demonstrava ser uma pessoa agressiva, o que havia sido percebido anteriormente e alertado pela irmã da entrevistada. No entanto, Bruna relatou que a condição financeira do ex-marido e o que ele a proporcionava, como as viagens internacionais, traziam encantamento e esperança de dias melhores. A primeira agressão física que sofreu foi quando a primeira filha ainda era recém-nascida.

Carmela: tentativa de feminicídio

Para ouvir o relato de Carmela foi necessário contatá-la mais de uma vez. Com indicação e mediação feita pela equipe do CREAS, ela foi procurada na residência de sua mãe, que, por sua vez, recebeu a pesquisadora de maneira receosa e informou que a filha não estava em casa naquele momento, sob o olhar atento da vizinhança. Não se sabia, até então, dos detalhes de seu caso, somente que havia sofrido uma tentativa de feminicídio por parte do ex-companheiro. Realizou-se outro contato e, enfim, Carmela aceitou conceder a entrevista na sede do CREAS.

Ela possui o ensino médio completo, e tinha 29 anos na ocasião em que foi entrevistada, mas, fisicamente, aparentava ter mais idade. Trabalhava como cozinheira de um restaurante popular até sofrer as ameaças de morte por parte do ex-companheiro. O trabalho na cozinha, por muitas horas em pé, causou-lhe problemas de circulação sanguínea e, às vezes, por conta da trombose adquirida, afastava-se do

trabalho. Em razão da violência sofrida teve que abandonar seu emprego para se proteger de uma nova tentativa de assassinato, sem poder cumprir os trâmites trabalhistas.

Quando a entrevista ocorreu, havia poucos dias que Carmela tinha saído do hospital, por isso ainda mantinha um curativo no pescoço e outro na orelha, locais das facadas. Relatou que a violência ocorreu na rua, na porta da casa de sua mãe, no mesmo endereço onde a pesquisadora a procurou, e, por isso, a reação de desconfiança da mãe e o olhar vigilante da vizinhança na primeira visita. Ela viveu com o companheiro por dez anos e meio, no município de Fervedouro, vizinho à cidade de Carangola. O ex-companheiro a agredia com frequência e mais incisivamente quando estava alcoolizado. Após muitas agressões, resolveram “se separar de cama”. No entanto, continuaram residindo na mesma casa, que era de propriedade dos sogros de Carmela. Os pais do ex-companheiro são trabalhadores rurais e ambos adoeceram na mesma época, ocasião em que Carmela cuidou deles. Ficou então acordado que, mesmo com a separação, Carmela e a filha poderiam continuar morando na casa, em contrapartida aos cuidados que dispensou aos sogros. Outra razão para continuar residindo na casa, apesar do rompimento conjugal, era o fato de a filha ser pequena, conforme alegou a entrevistada. Seis meses após a separação do casal, Carmela conheceu um rapaz, e começou a se relacionar com ele, situação não aceita pelo ex-marido e pelos ex-sogros.

O estopim para a tentativa de feminicídio foi uma foto tirada durante uma excursão a um santuário religioso, na qual foi acompanhada pelo novo namorado. O ex-marido recebeu

pelo celular a foto enviada por seus amigos. Ferido em seu orgulho, tentou enforcá-la, sem sucesso. Consequentemente, Carmela ficou com hematomas no pescoço, e para que não fossem notados os ferimentos – que se expostos permitiriam que os vizinhos e a comunidade percebessem a agressão –, os ex-sogros a prenderam dentro de casa. No dia seguinte, a entrevistada fez contato com seu pai, que imediatamente a buscou e levou para Carangola. No mesmo dia em que foi acolhida na casa dos pais, o ex-companheiro, acompanhado de um amigo, foi até lá, e a esfaqueou na frente dos vizinhos, na porta da casa de sua mãe.

Sua entrevista foi impactante, pois a violência havia ocorrido há menos de um mês. Além disso, o amigo do ex-marido ainda estava solto e temia-se que ele poderia tentar contra a vida de Carmela.

Daniela: múltiplas violências

O histórico de violências da vida de Daniela impressiona. De tal forma que ela não se dá conta que viveu uma série de experiências de violência, considerando apenas as agressões do marido como tal. Apresentava um quadro de rejeição por parte de sua mãe e uma tentativa de estupro por parte de seu tio materno. Daniela recebeu a pesquisadora em sua casa, amamentando seu filho caçula, recém-nascido. Sua entrevista foi tensa porque o seu filho do meio, instruído pelo pai e pela avó paterna, vigia e controla os passos da mãe. Apesar de ser uma criança de 6 anos, era agressivo com a mãe e com quem deles se aproximava. Com a pesquisadora não foi diferente. Como forma de ameaça, assim que a entrevista foi

iniciada, o menino jogou uma caneca de alumínio com suco de manga bem perto do local onde a entrevistadora estava sentada, fazendo muito barulho e sujeira.

Daniela trabalhava como auxiliar de serviços gerais num restaurante, possui ensino médio completo e tinha 31 anos quando concedeu a entrevista. Viveu um vínculo conjugal violento por três anos e contou que a primeira agressão ocorreu no dia do aniversário de 3 anos do filho do meio. Quando esteve sob medida protetiva, não recebeu apoio de sua família, principalmente de sua mãe. Após a primeira agressão resolveu dar uma segunda chance ao companheiro e se mudaram para Macaé, município do estado do Rio de Janeiro, em busca de empregos. Lá, conforme relatou, a situação só piorou. A falta de dinheiro agravou a situação de violência e ela teve que fugir da cidade para escapar das investidas agressivas do companheiro. Escondeu-se, juntamente com os dois filhos, na casa de sua mãe na zona rural de Carangola, apesar da contrariedade da mãe. Quando voltou a morar sozinha, em represália à denúncia por violência doméstica e ao pedido de medida protetiva, o ex-marido sequestrou o filho do meio, impondo sofrimento a Daniela. No momento da entrevista, ela vivia com outro companheiro, pai do recém-nascido. A entrevistada relatou que essa relação conjugal era totalmente diferente da experiência anterior, e que vivia um casamento feliz, apesar dos problemas com o ex-marido, o qual disputava a guarda do filho e acusava Daniela de abusar sexualmente do menino.

Eulália: apunhalada pelas costas

O caso da operadora de caixa Eulália não é tão diferente dos relatos anteriores. Na época da entrevista, estava sob medida protetiva, pois tinha vivido uma relação conjugal violenta que culminou com a tentativa de feminicídio. Aos 33 anos, havia recentemente concluído o ensino médio. Possuía dois filhos, ainda pequenos, sendo o caçula filho do agressor. Ao longo dos cinco primeiros anos de relacionamento, o ex-marido não havia apresentado indícios de ser uma pessoa violenta. Viveram juntos por onze anos. A entrevistada mencionou que ele era uma pessoa de saúde debilitada, "cardíaco", e que havia passado por uma delicada cirurgia no coração, o que exigiu de Eulália o abandono de seu emprego e dedicação total para a recuperação do marido no período pós-cirúrgico.

Sua filha mais velha, de 13 anos, fruto de um relacionamento anterior, cujo pai não assumiu a paternidade, apresentava problemas psicológicos e dias antes da entrevista havia fugido de casa por duas semanas. Ambas faziam acompanhamento psicossocial no CREAS. O ex-marido e agressor estava prestes a sair da cadeia, o que a deixava temerosa. Eulália relatou que ele escrevia cartas perguntando pelo filho e dizendo estar arrependido. Antes de ser atacada, já havia feito uma denúncia contra ele, por ter jogado um prato de comida nela.

O casal já estava separado há três semanas quando ela foi esfaqueada na rua. Eulália havia ido para a casa da mãe com os dois filhos assim que se separou, sem levar pertences pessoais. Quando retornou para buscar roupas, o

ex-marido alegou que queria conversar. Ela se esquivou e foi embora. No caminho, ele a interceptou e com a desculpa de dar um último abraço, apunhalou-a pelas costas, dando-lhe duas facadas. Durante a entrevista, mostrou as marcas de violência no pescoço e na mão que foi atingida ao tentar se proteger. A entrevistada afirmou que a participação na Igreja Evangélica é o que lhe dá forças para seguir a vida sem medo e perdoadando o ex-marido. Quando concedeu o relato, já vivia um relacionamento com outro rapaz, que, segundo ela, era uma experiência bastante diferente.

Luciana: socorrida pela filha de 3 anos

O caso de Luciana, 29 anos, auxiliar de limpeza, que cursava Pedagogia, é peculiar. Contou com o apoio da filha de 3 anos para escapar da agressão do ex-marido. Ele estava a enforcando na presença da criança, que gritou pedindo socorro. Luciana relatou que devido aos costumes tradicionais do meio rural, casou-se cedo, aos 20 anos, virgem, e logo engravidou. Ela narra que o comportamento promíscuo do ex-companheiro e as recorrentes traições conjugais levaram-na a contrair uma infecção sexualmente transmissível, que, por sua falta de conhecimento, só foi compreendida anos mais tarde. Ela afirmou que nem conhecia o papilomavírus humano (HPV), tampouco seu significado. Em decorrência da contaminação pelo vírus, teve uma gravidez interrompida devido a sangramentos.

Luciana foi a única entrevistada do grupo que se separou assim que sofreu agressão física do ex-companheiro, depois de repetidas agressões verbais. Fez a denúncia, aguardou

alguns meses para sair do trabalho e voltou a residir com os pais em um distrito localizado na zona rural de Carangola. Embora tenha tido o apoio de sua família, a comunidade na qual reside não a “vê com bons olhos”, conforme narrou. Para ela, morar numa comunidade rural é fator de desencorajamento para que as mulheres denunciem experiências de violência, pois, após a separação, não são aceitas pela comunidade, constatando como a sociedade pode ser cruel com as mulheres que sofrem agressões e que decidem pelo rompimento conjugal.

Margarida:²⁸ violências desde a infância

Essa entrevistada possui um perfil que chama atenção pelo longo histórico de violências que sofreu desde a infância, e que ainda sofria com a filha. Com 34 anos, residia no meio urbano, trabalhava como auxiliar de limpeza e possuía ensino fundamental incompleto. Aos 3 anos, após a morte de seus pais, foi abrigada, com suas três irmãs, em uma instituição²⁹ que acolhe meninas em situação de abandono. Na adolescência, Margarida e as irmãs foram adotadas por três famílias diferentes, as quais possuíam parentesco entre si, e que alegaram que as irmãs estariam sempre juntas, embora residindo em casas separadas. Segundo relatou a

28 Alguns trechos dessa entrevista foram publicados no artigo AMORIM, Érika Oliveira; NADER, Maria Beatriz. Rompendo o silêncio da memória: História Oral e narrativas de violências no interior de Minas Gerais. **Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 22-41, ago., 2017a.

29 Essa instituição mencionada por Margarida em vários momentos durante a entrevista ora é chamada de “orfanato”, ora de “instituto”. A instituição onde a entrevistada viveu parte de sua vida é considerada um “lugar de memória”. Sobre o assunto, ver: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, v. 10, dez., 1993.

entrevistada, ela e suas irmãs passaram a morar com essas famílias a fim de realizar trabalhos domésticos.³⁰ Aos 17 anos, após reclamar de maus-tratos, a família que tinha sua tutela a entregou-a para os tios paternos, numa cidade vizinha. Passou, então, a residir com eles, juntamente com um irmão que já era criado lá e que, por ser do sexo masculino, não foi aceito no orfanato. Margarida contou que viveu um período conturbado nessa época, pois esse irmão tentou abusar sexualmente dela e, embora se queixasse aos tios, nenhum deles acreditava nas tentativas de abuso, segundo ela, por ser uma “menina de orfanato” e “nessas meninas ninguém acredita”.

Depois desse período, Margarida viveu em várias casas. Morou com uma prima e, posteriormente, com uma irmã mais velha, até que foi morar em Carangola, na casa de outro irmão, quando passou a frequentar uma Igreja Evangélica e conheceu o ex-marido, com o qual teve dois filhos. O casamento, segundo Margarida, foi “arranjado” pelo pastor, conhecedor de sua história. No entanto, a união conjugal, ao contrário do que se pensava, expôs Margarida a outros tipos de violências, com as quais conviveu por doze anos, até conseguir se separar.

A entrevista foi permeada por momentos de emoção e, por vezes, tornou-se confusa, tendo em vista que Margarida rememora fatos em diferentes contextos e épocas. Nessa tessitura de pontos e contrapontos, a entrevistada descreveu

³⁰ Em Carangola, há um histórico de famílias que passaram a ter a guarda de jovens do orfanato para, em troca, utilizarem a mão de obra delas em serviços domésticos.

seu histórico de violência, lembrou pessoas e lugares desde sua infância, quando foi levada para o orfanato, perpassando a adolescência, quando viveu sob a tutela da família que explorava seu trabalho doméstico, e que culmina, na época da entrevista, com as agressões da filha. Na ocasião, ambas se encontravam sob o monitoramento do Conselho Tutelar e do CREAS, pois a filha viveu um episódio de autoflagelação, o qual resultou em uma denúncia ao Conselho Tutelar, atribuindo à sua mãe os cortes que havia feito em seu corpo. No relato de Margarida, percebe-se que ela busca traçar sua identidade, não só para ela, mas também para quem a ouve. “Quem é a Margarida?”, ela se pergunta enquanto conta sua história.

Dona Maria: idosa agredida pelo filho e pela nora

Dona Maria será chamada assim em respeito aos seus 74 anos, no momento da entrevista. Trabalhadora rural aposentada, vivendo na zona rural de Carangola, sofreu com o abandono, com a apropriação indébita de sua aposentadoria e da pensão do falecido marido, e, ainda, com as agressões do filho e da nora. A entrevista de Dona Maria foi intermediada por sua filha, pois a falta de dentes e as crises de choro e tosse, ocasionadas pelo quadro de depressão, dificultavam sua fala. Uma senhora com aspecto físico frágil, que carregava sempre uma pequena toalha em mãos para secar as lágrimas e cobrir a boca nos momentos em que a tosse incessante a afligia. Parece inacreditável pensar que alguém se disponha a bater e chutar uma figura tão frágil e magrinha como Dona Maria.

Sua entrevista ocorreu na sede do CREAS, e, no dia anterior, a equipe de assistentes sociais havia organizado uma visita à casa da filha de Dona Maria, local onde havia sido acolhida após a denúncia das agressões recebida pelo Conselho Tutelar. A pesquisadora participou da visita, numa comunidade rural vizinha a Carangola. Todo contexto exposto por Dona Maria é impactante. Seu filho dividiu a casa dela ao meio, para morar com uma companheira. Levou a maioria dos móveis de Dona Maria para sua parte da casa, deixando a mãe sem geladeira, fogão e acesso ao banheiro. Além disso, utilizava suas roupas de cama, sobretudo cobertores, deixando a mãe em situação de abandono material.

Segundo o “manual de enfrentamento à violência à violência contra a pessoa idosa” (Brasil, 2014b), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, as violências contra a pessoa idosa podem ser visíveis ou invisíveis. As visíveis são as mortes e lesões; as invisíveis são aquelas que ocorrem sem machucar o corpo, mas provocam sofrimento, desesperança, depressão e medo. Esse era o quadro em que se encontrava Dona Maria, que só não morreu porque houve uma denúncia ao Conselho Tutelar por parte dos vizinhos, que estavam atentos a tudo.

Rosa: contexto de violência que se estende à filha

Rosa foi indicada pela equipe do CREAS para participar do estudo em razão do contexto de violências à qual estava submetida. Trabalhava como ajudante de cozinha, aos 44 anos, com ensino fundamental incompleto. Frequentava

assiduamente a unidade para buscar atendimento psicossocial para ela e para a filha, que residia num abrigo para meninas, em Carangola, o mesmo orfanato que abrigou a entrevistada Margarida. A guarda da filha lhe foi retirada devido à situação de abandono e violência, que culminou com o estupro da filha, aos 5 anos, ocorrido num campo de futebol, próximo à casa onde residia. Rosa contou que não conseguia controlar a filha dentro de casa e que ela vivia na rua, exposta a diversas situações de risco.

A entrevistada não relatou, mas em conversa com a equipe do CREAS foi mencionada a situação de vulnerabilidade em que os filhos de Rosa se encontram. Isso porque ela não dimensionava o contexto de violência em que vivia, frequentemente denunciado pelo Conselho Tutelar por expor os filhos a cenas vexatórias de prostituição, brigas e discussões com diversos parceiros íntimos. Esse último aspecto foi citado por Rosa, ao afirmar “que eles dão nela, ela dá neles”, mencionando agressões mútuas. Rosa narrou situações de violência em todos os relacionamentos conjugais que viveu. As agressões estavam internalizadas de modo que ela as interpretava como “briguinhas bobas”.

A filha de Rosa, com 12 anos, próximo à data da entrevista, havia sofrido outro abuso sexual quando se deslocava do orfanato para a escola. Desse ato, contraiu HPV, conforme narrado por Rosa. Esse caso de abuso sexual causou comoção popular e repercussão na cidade, por ter sido cometido por uma pessoa conhecida na comunidade. O agressor estava preso e Rosa recebia, constantemente, visitas da filha dele, que pedia para retirar a denúncia, alegando que a menina já

havia sido violentada antes e que se tratava de uma relação sexual consensual. Rosa permanecia, na ocasião, em situação da chamada “rota crítica”.³¹

Vera: violência sexual do marido

A última entrevistada foi Vera, que era servidora pública municipal e possuía 44 anos na ocasião da entrevista. Seu relato é marcado pela condição de empoderamento, que perpassa o enfrentamento da violência com a separação do marido, ao conquistar seu emprego por aprovação em concurso público e a aquisição de sua casa própria. Vera mencionou o estupro conjugal como a pior das violências que sofreu em seu casamento. Contou como o álcool potencializava a violência de seu ex-companheiro e que não possuía apoio familiar para romper a relação conjugal. Por isso, atuou a relação abusiva até que, por meio do trabalho como costureira, conseguiu condições para alugar uma pequena casa e se separar. Revelou também que teve o apoio de uma cliente de costura que é advogada, que muito a aconselhou e “mexeu com a papelada” para a separação. Ela ainda expôs que, dada a sua experiência com o ex-companheiro, não quis

31 A rota das mulheres em situação de violência se inicia com a decisão de romper o silêncio e denunciar. No entanto, antes disso, necessitam compreender que estão sofrendo violência, já que a sociedade educa a mulher para a submissão e naturaliza o uso da violência entre os gêneros, especialmente nas relações conjugais. O que ocorre com essa entrevistada é que ela não consegue identificar as inúmeras violências às quais está submetida diariamente. Sobre o assunto, ver: SAGOT Montserrat. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina**: estudios de caso de diez países. San José: Organización Panamericana de la Salud, 2000.

mais se envolver emocionalmente, encontrando a alegria da vida no convívio com sua filha e sua neta.

Cicatrizes, vestígios, efeitos

Conforme apresentado, os diferentes perfis das entrevistadas deste estudo se desenham nas narrativas de suas experiências e sentimentos. Na condição de sujeitos da experiência da violência que viveram, as mulheres que participaram da pesquisa se dispuseram a expor suas cicatrizes, assumindo a tarefa de compartilhar memórias e vivências particulares, que se emaranham à história de outras mulheres, ampliando vozes e recuando o silêncio. O sujeito da experiência seria como um território de passagem, como uma superfície sensível que produz efeitos, inscreve marcas, deixa vestígios e efeitos, como afirma Larrosa (2002).

Desse modo, as narrativas das entrevistadas transmitem feridas ainda abertas, as quais afetaram particularmente suas vidas e a de seus familiares e, para além da oportunidade de dar-lhes voz para tratar dessas chagas, há a possibilidade de oferecer-lhes a escuta. A responsabilidade do historiador, ao abrir um espaço narrativo, viabiliza o acesso aos testemunhos enclausurados na memória, fadados ao esquecimento por serem dolorosos demais para serem lembrados. Os depoimentos materializados pela história oral são apresentados a seguir, no Capítulo 3. Os trechos que serão apresentados oferecem caminhos de interpretação envoltos numa teia de conexões entre relações de poder e dominação, nas quais os homens estabelecem sua hegemonia por meio da violência.